

STJ00119983

COLEÇÃO DIREITO PROCESSUAL PENAL

ÁLVARO SAGULO

**A FUNÇÃO
GARANTIDORA
DA PRONÚNCIA**

2ª EDIÇÃO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024

Copyright © 2024 by Álvaro Sagulo

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S129f

Sagulo, Álvaro

A função garantidora da pronúncia / Álvaro Sagulo. – 2. ed. rev. e
atual. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2024.

178 p. ; 23 cm. – (Coleção Direito processual penal).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2823-3

1. Processo penal - Brasil. 2. Despacho saneador (Direito processual)
- Brasil. 3. Júri - Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 345.81075

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Nota do Autor à 2ª Edição	1
Apresentação da 1ª Edição	3
Prefácio da 1ª Edição	7
Introdução	11
Capítulo I – Desenvolvimento	15
1.1. Origem e Percurso Histórico-Legislativo do Tribunal do Júri no Brasil	15
1.2. Competência do Tribunal do Júri	32
1.3. Procedimento Preparatório da Ação Penal - O Inquérito Policial	42
Capítulo II – Procedimento no Tribunal do Júri	57
2.1. Pronúncia.....	57
2.2. Impronúncia.....	69
2.3. Absolução Sumária	75
2.4. Desclassificação	85
Capítulo III – A Decisão de Pronúncia e a sua Função Garantidora nos Processos da Competência do Tribunal do Júri	97
3.1. Atividade Saneadora do Processo.....	97
3.1.1. Saneamento no Processo Civil.....	97
3.1.2. Saneamento no Processo Penal	102
3.1.3. Saneamento no Tribunal do Júri	106
3.2. Decisão de Pronúncia e Avaliação da Prova	112
3.3. A Aplicação do Princípio <i>In Dubio Pro Reo</i> na Decisão de Pronúncia.....	129

Conclusões	145
Anexo – Cristo no Júri	151
Referências	161